ECOFEMINISMO E BEM VIVER: A SOBERANIA ALIMENTAR PRATICADA PELAS AMABELAS EM BELTERRA-PA

ECOFEMINISM AND GOOD LIFE: FOOD SOVEREIGNTY PRACTICED BY AMABELAS IN BELTERRA-PA

ECOFEMINISMO Y BUEN VIVIR: SOBERANIA ALIMENTARIA PRACTICADA POR AMABELAS EN BELTERRA/PA

Milena Sanche De Sousa
Universidade Federal de Rondônia
Email: milena.sanche@gmail.com

Leide Joice Pontes Portela
Universidade Federal de Rondônia
Email: joice.portela13@gmail.com

Maria Das Graças Silva Nascimento Silva
Universidade Federal de Rondônia
Email: gracinhageo@hotmail.com

Josué Da Costa Silva
Universidade Federal de Rondônia
Email: jcosta1709@gmail.com

Resumo:
Afim de visibilizar as mulheres rurais que ocupam espaços de resistências em movimentos sociais no Brasil, trazemos a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) como um projeto de resistência frente ao latifúndio sojeiro em Belterra/PA, que provoca a insegurança alimentar e diversos conflitos socio territoriais na região do Oeste do Pará. As mulheres trabalhadoras rurais da AMABELA pensam, trabalham e reivindicam alternativas contra hegemônicas pautadas nas relações diferenciadas que elas mantêm com a natureza e o ambiente. A pesquisa é de abordagem qualitativa, onde foram realizadas revisões bibliográficas e documentais, bem como trabalhos de campos por meio de roteiro de entrevistas-semiestruturadas, utilizando a metodologia de História Oral e Memória Coletiva. Diante dos riscos à saúde humana e do desequilíbrio ambiental causados pelos agrotóxicos, as trabalhadoras rurais de Belterra tem travado uma luta que visa no direito da população em ser assegurada por uma alimentação mais saudável, sensibilizando a discussão sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados nos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Palavras-chave: Trabalhadoras Rurais, AMABELA, Ecofeminismo, Bem Viver, Belterra.

Abstract:
In order to make visible rural women who occupy spaces of resistance in social movements in Brazil, we bring the Association of Rural Women Workers of the Municipality of Belterra (AMABELA) as a resistance project against the soy plantations in Belterra/PA, which causes food insecurity and several socio-territorial conflicts in the Western region of Pará. AMABELA's rural women workers think, work and demand counter-hegemonic alternatives based on the differentiated relationships they maintain with nature and the environment. The research has a qualitative approach, where bibliographic and documentary reviews were carried out, as well as fieldwork through semi-structured interviews, using the methodology of Oral History and Collective Memory. Faced with the risks to human health and the environmental imbalance caused by pesticides, rural workers in Belterra have been fighting a fight that aims at the population's right to be ensured by a healthier diet, raising awareness of the discussion about the harm caused by the production of commodities and the importance of food sovereignty rooted in the concepts of Good Living/Living Well and Ecofeminism.

Keywords: Rural Workers, AMABELA, Ecofeminism, Good Living/Living Well, Belterra

Resumen:
A fin de visibilizar las mujeres rurales que ocupan espacios de resistencia en los movimientos sociales en Brasil, traemos la Asociación de Mujeres Trabajadoras Rurales del Municipio de Belterra (AMABELA) como un proyecto de resistencia contra las plantaciones de soja en Belterra/PA, que provoca inseguridad alimentaria y varios conflictos socioterritoriales en la región Occidental de Pará. Las trabajadoras rurales de AMABELA piensan, trabajan y reivindican alternativas contrahegemónicas a partir de las relaciones diferenciadas que mantienen con la naturaleza y el medio ambiente. La investigación tiene un enfoque cualitativo, donde se realizaron revisiones bibliográficas y documentales, así como trabajo de campo a través de entrevistas semiestructuradas, utilizando la metodología de Historia Oral y Memoria Colectiva. Ante los riesgos para la salud humana y el desequilibrio ambiental que provocan los agrotóxicos, las trabajadores rurales de Belterra vienen librando una lucha que apunta al derecho de la población a que se le asegure una alimentación más saludable, sensibilizando la discusión sobre los perjuicios causados por la producción de *commodities* y la importancia de la soberanía alimentaria arraigada en los conceptos del Buen Vivir y el Ecofeminismo.

Palabras-clave: Trabajadoras Rurales, AMABELA, Ecofeminismo, Buen Vivir, Belterra.

Introdução

As mulheres rurais são responsáveis pela maior parte da produção camponesa de alimentos que serve tanto para o consumo familiar quanto para a circulação local e regional. No entanto, vivem assoladas pela insegurança alimentar e degradação ambiental, mas isso não significa que não estejam nos espaços de enfrentamentos e resistências.

Através de movimentos sociais que envolvem mulheres camponesas, lutam e resistem aos entraves sociais, culturais e políticos que estão submetidas. Tais movimentos começaram a ter as suas primeiras formas de organização a partir da década de 1980, sobretudo no Nordeste e Sul do Brasil, tal qual o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) ou de Agricultoras (MMAs); Articulação das Quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (transformando-se em 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu -MIQCB), mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outras organizações que têm mulheres representadas por pescadoras, indígenas e quilombolas, dentre outros (MOTA, 2006; PAULILO, 2009).

Num primeiro momento, a busca pelo reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais era primordial, pois até então eram colocadas como "do lar" e "domésticas", bem como "filha" ou "esposa de agricultor".

Muitos dos direitos que haviam sido reivindicados pelas agricultoras, só foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, tais como o direito à titulação da terra e a inclusão como

beneficiária da previdência social, garantia à aposentadoria, seguro desemprego e invalidez, bem como licença maternidade e licença saúde. Além disso, as agricultoras pouco participavam dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e a partir do reconhecimento que elas garantiram, passaram a tornar cada vez mais ativa as suas participações dentro dos movimentos sindicais.

A partir dos anos de 1990, passaram a integrar nas discussões dos movimentos de mulheres rurais, as questões que envolviam um modelo de agricultura mais sustentável, sem uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, onde se coloca a agroecologia[1] como alternativa. Neste sentido, os movimentos que as mulheres rurais se envolvem têm questionado tanto a dominação masculina quanto as formas de uso da terra/território, das águas e da floresta.

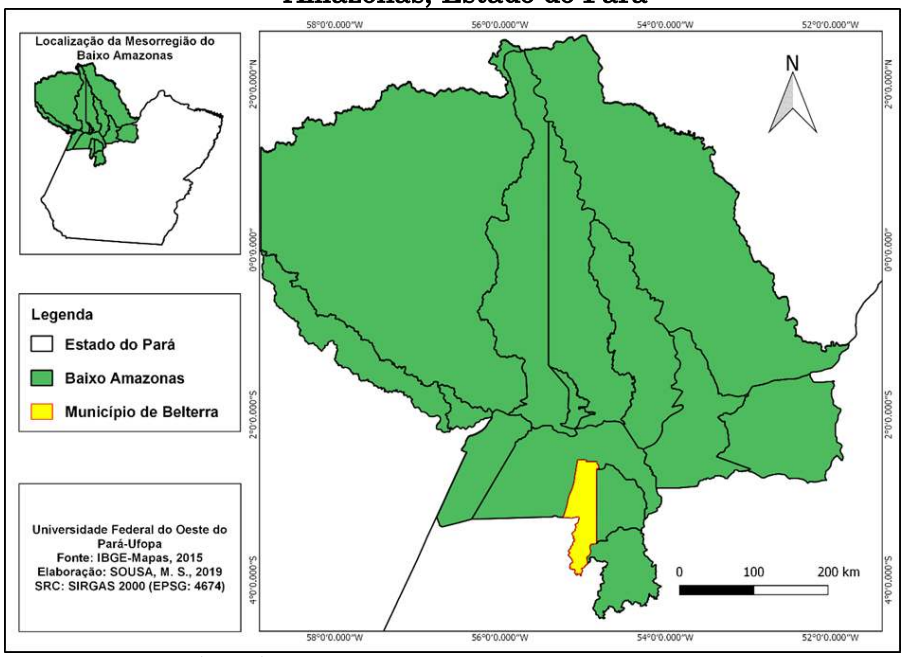
No que concerne ao recorte espacial deste trabalho, a Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) está localizada no município de Belterra, microrregião de Santarém, Mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará (Figura 1). Esta Associação de Trabalhadoras Rurais nasceu no dia 16 de março de 2015 e conta com 82 trabalhadoras cadastradas que (r)existem[2] ao latifúndio sojeiro no município de Belterra/PA, sendo

[1] Segundo Ferreira e Mattos (2017) o termo agroecologia diz respeito, por um lado, a uma ciência e, por outro, a um movimento social, reunindo uma visão holística e um enfoque sistêmico. Isto é, não se trata apenas de uma forma de praticar agricultura, nem tão somente ao uso de tecnologias que não agridam ao meio ambiente. Sua proposta é, sobretudo, a partir da agricultura familiar romper com o modelo hegemônico de desenvolvimento rural baseado no monocultivo, no latifúndio, no agronegócio que formam a base do modelo capitalista de desenvolvimento rural gerador de exclusão social. E em relação à agricultura camponesa, a agroecologia se apresenta como um movimento de resistência ao modelo do desenvolvimento em vigor e seus problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos. Expressa uma luta das/dos camponesas/es pela autonomia frente ao agronegócio e ao capital.

[2]Resistência significa retomar a ação anterior, já o termo r-existência foi utilizado por Porto-Gonçalves (2001) e utilizado por outros autores, a fim de entender que é através da sua própria existência que resistem para que se defendam das mais variadas formas de expropriação, dominação e opressão (HAESBAERT, 2021).

este um dos responsáveis pela insegurança alimentar e pelos diversos conflitos sócio-territoriais da região.

Figura 1: Localização de Belterra na Mesorregião do Baixo Amazonas, Estado do Pará



Fonte: SOUSA (2019)

As agricultoras da AMABELA já faziam parte do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra (STTRB), mas a necessidade de criarem uma Associação somente de mulheres rurais se deu por conta da invisibilidade das suas pautas que eram tratadas como menos importantes dentro do movimento sindical. Havendo a indispensabilidade de um espaço em que essas mulheres pudessem discutir suas demandas de forma autônoma, a associação passa a abrigar diversas discussões, entre elas estão a agroecologia e a soberania alimentar, conceito que será discutido com maior detalhamento mais a frente no texto. O nome AMABELA tem em seu significado o "A" de *autonomia*, "M" de *mulher*, "AMA" de *amor* e "BELA" de *beleza* e de *Belterra.*

Essas discussões mediadas pela AMABELA se tornam ações práticas e políticas contra as empresas de sementes transgênicas, tal qual as empresas que mantém um domínio sojeiro, monopolizando grandes áreas no município de Belterra. Para essas mulheres, ir ao oposto dessa lógica de produção é sair da dependência dessas empresas multinacionais que comandam todo o sistema produtivo. Ao produzirem e comercializarem produtos livres dessa lógica agressiva, enferma e atroz, as mulheres rurais asseguram alimentos saudáveis para os camponeses e para os consumidores em geral.

No processo de formação territorial da região, encontram-se complexas fases. No século XVII, a ocupação da Amazônia se deu pelas calhas dos rios, pois possibilitaria melhores estratégias de controle territorial. Por isso, as primeiras cidades têm uma ligação direta com o rio, onde as fortificações militares marcam suas rugosidades[3] nas cidades.

A história de Belterra está inicialmente ligada ao rio e a floresta, uma vez que as populações do município viviam suas vidas voltadas para estes recursos, apoiando-se em trabalhos extrativistas e ribeirinhos (CONCEIÇÃO, 2017). No entanto, por volta de 1840, com a expansão do comércio da borracha e a grande procura por seringueiras, uma nova fase foi iniciada com a implantação do cultivo de seringueiras na Amazônia, em especial no município de Belterra-PA. Sendo este um projeto do Norte-Americano Henry Ford que buscava formas alternativas de obter o controle sobre a produção da borracha através das experiências de Fordlândia e Belterra no final

[3]As rugosidades são a materialidade dos espaços construídos que ficaram do passado. São as lembranças que restaram dos processos que foram esquecidos, daquilo que se acumulou, foi substituído e que foi acumulado nos locais (SANTOS [1996] 2012). Assim sendo, as rugosidades são os elementos materiais presentes que contam histórias acumuladas em diferentes períodos, lembrando os distintos processos históricos.

da década de 1920 e que logo veio a se estagnar em 1945, por problemas logísticos, econômicos e culturais.

A partir dos anos 1960, houve a abertura de estradas - rodovia Transamazônica, Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém (BR-163), o que ocasionou em uma nova forma de expansão de fronteiras que permitiu o avanço do mercado de terras e do agronegócio. A construção de rodovias permitiria o escoamento da soja, possibilitando que a indústria do agro pudesse se mobilizar.

Desta maneira, os granéis de soja que antes não faziam parte dos modos de vida destas populações, passou a se territorializar, sobretudo, a partir da instalação estratégica do porto graneleiro pertencente à multinacional estadunidense CARGILL, por volta dos anos 2000 na cidade de Santarém-PA, às margens do rio Tapajós (COSTA SILVA & CONCEIÇÃO, 2017).

No entanto, se levarmos em consideração o quantitativo de produção da soja em relação às outras localidades onde essa monocultura tem se instalado, o volume no oeste do Pará é pequeno. Não obstante, a produção na região vem gerando uma série de transformações, pois a soja tem avançado cada vez mais, invadindo territorial, econômica, social e culturalmente a vida das/dos trabalhadoras/es que estão sendo cercadas e expulsas por ela. Acelerando assim, a expropriação do campesinato e a privatização da natureza.

Isso se deve pela compra de terras e pela expansão do uso de agroquímicos nas plantações de grande escala, logo, é uma agricultura que atende uma escala global que prioriza a produção de *commodities*. A alimentação da população de Belterra não é atendida por essa lógica que prejudica e altera o modo de vida, especialmente

as relações dos agricultores e agricultoras mantém com a terra/território, a floresta e a água.

Em meio a esses entraves, no dia 16 de maio de 2015 nasceu a AMABELA, em um momento onde a expansão do agronegócio sojeiro estava atingindo de maneira significativa a vida dos camponeses e camponesas da região, tendo em vista que as mulheres rurais da AMABELA pensam, trabalham e reivindicam alternativas contra hegemônicas pautadas nas relações diferenciadas que elas mantêm com a natureza e o ambiente que as cercam, entendendo-os enquanto bens comuns. Esta relação de harmonia e respeito com a natureza foge da lógica dominante de produção de alimentos que são fincadas no capitalismo e na exploração violenta dos bens naturais em nome do desenvolvimento e do lucro para grandes empresas.

Ao não enxergarem o ambiente natural enquanto um mero produto a ser dominado e explorado, essas mulheres se aproximam do ecofeminismo e do Bem viver. Nesse contexto, esse trabalho objetiva arvorar apontamentos a respeito da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) e como suas pautas e ações práticas se ancoram nas discussões do Ecofeminismo e do Bem Viver.

Esse trabalho será dividido em três momentos: primeiramente exporemos as discussões acerca da soberania e segurança alimentar produzida pela a Amabela e as preocupações com a alimentação da sociedade, especialmente das famílias camponesas; o segundo momento traremos breves considerações sobre os conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo e como eles se relacionam com as lutas e as formas de resistências mantidas pelos movimentos de mulheres camponesas e por fim teceremos as

considerações finais ao reiterar a atuação política das mulheres que operam de forma autônoma no campo e nos movimentos rurais.

Procedimentos Metodológicos

O artigo utiliza banco de dados de pesquisas fruto da dissertação de mestrado da autora principal. Para tanto, foram realizadas entrevistas com as trabalhadoras rurais da AMABELA para que se possa entender os contextos em que (sobre)vivem mediante a dominação da monocultura de soja e para acessarmos suas experiências espaciais enquanto uma associação de mulheres camponesas. Assim, esse trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, na qual foram realizadas revisões bibliográficas com aprofundamento teórico-metodológico e documentais, bem como trabalhos de campo, onde utilizou-se as metodologias de História Oral e Memória Coletiva. A história oral se faz presente enquanto norteadora de campo e de entrevistas para que se possa chegar aos princípios de coletividade, grupal, social, cultural, comunitária ou coletivas do grupo pesquisado. A história oral "é o resultado de experiências que vinculam umas pessoas às outras, segundo pressupostos articuladores de construção de identidades decorrentes de suas memórias expressadas em termos comunitários" (MEIHY, 2020, p. 27).

Dessa forma, a história oral é importante para captar as experiências singulares, as narrativas de cada uma das sócias que se relacionam por meio da criação de uma identidade comum fundada a partir da Associação. Nesse sentido, é imprescindível a ligação entre história oral (MEIHY, 2020) e memória coletiva (HALBWACHS, 1990) uma vez que a memória é a guardiã das

narrativas e posicionamentos que alimentam imagens, sentimentos, ideias e valores que dão identidade àquela coletividade (BOSI, 2003).

Neste sentido, as práticas de campo serviram como um processo de experimentação para vivenciar as diferentes práticas espaciais presentes nas vidas dessas mulheres trabalhadoras rurais. Foram realizados três trabalhos de campo, dois em 2019 e um em 2022. O primeiro trabalho de campo foi realizado na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em janeiro de 2019, com três sócias da AMABELA de forma individual, onde contou com um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e fechadas, com referências aos dados pessoais e os dados da associação acerca dos seus trabalhos e suas lutas e resistências.

O segundo trabalho de campo foi realizado em fevereiro de 2019, onde houve uma roda de conversa com lideranças associadas à AMABELA, em que as agricultoras colocaram todas as suas experiências com a Associação e a agroecologia na busca por uma alimentação saudável onde (r)existem ao avanço da monocultura da soja e a invisibilização de seus trabalhos. O terceiro trabalho de campo ocorreu em fevereiro de 2022 junto de lideranças da AMABELA, onde levou-se em consideração a importância sobre o associativismo para as mulheres rurais de Belterra e o cotidiano de seus trabalhos.

Também foram feitas conversas informais com as mulheres camponesas da Associação após as entrevistas e até mesmo conversas em redes sociais e na própria compra de produtos. Tivemos o diário de campo como ferramenta de suma importância para que não escapasse de nossa memória informações importantes, para que

assim os fenômenos observados durante os campos fossem registrados.

Soberania alimentar e a AMABELA: Frente de resistência por uma alimentação saudável

A partir dos anos de 1990, a agricultura de grande escala tem avançado na região oeste do Estado do Pará, atingindo principalmente trabalhadores e trabalhadoras rurais da localidade. Após os anos 2000 a monocultura sojeira tem sido difundida no município de Belterra e interferindo de forma intensa nos modos de vida das populações que antes viviam diretamente ligados à natureza, dependendo da terra, das águas e das florestas.

Essas interferências vão se dar tanto no campo da cultura, das experiências espaciais desses sujeitos, das territorialidades e dos modos de vida das comunidades rurais em relação ao trabalho, a alimentação, a saúde e a autonomia. Válido ressaltar que a nossa compreensão de territorialidade perpassa o conceito elaborado por Sack (1986), na qual o autor expressa que:

> A territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar.

Dessa maneira, mesmo que a população local, em especial as trabalhadoras rurais de Belterra, tenham suas territorialidades afetadas pelo controle e pelo poderio da soja na região, elas têm travado uma luta que visa assegurar o direito da população por uma alimentação mais saudável, tensionando discussões sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados no que em nosso entendimento, melhor se aproxima dos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Diante do poder e da violência impostas pela instalação e o domínio da soja na região para com a população local, as trabalhadoras rurais de Belterra tem travado uma luta que visa assegurar o direito da população por uma alimentação mais saudável, tensionando as discussões sobre os malefícios da produção de *commodities* e a importância da soberania alimentar enraizados que, em nosso entendimento melhor se aproxima aos conceitos de Bem Viver e Ecofeminismo.

Sendo "cercadas" pela soja empesteada de agrotóxicos, suas vidas transformam-se em desgostosos cenários onde esses produtos químicos contaminam a terra e os arredores, invadindo de forma abrupta as suas temporalidades, seus costumes e as suas relações com a natureza que agora, juntas da AMABELA, tentam resistir.

Dentre as estratégias do agronegócio, a midiática é uma das mais disseminadas. Campanhas publicitárias milionárias ocupam as mídias e se consolidam no imaginário popular que somente as grandes empresas conseguem garantir a alimentação da população, fazendo crer que essa é a única opção e forma de consumir. Esse modelo de intervenção e alteração da segurança alimentar começou a ser discutido em 1996 na 2ª Conferência Internacional da Via Campesina no México ao questionar esse tipo de ameaça à segurança alimentar passando a compreender que todas as pessoas devem ter acesso a uma alimentação segura, de qualidade e com boas quantidades. Mas ainda assim, não existe uma preocupação para que saibamos de onde esses alimentos estão vindo e das suas condições de cultivo, assim se normaliza a importação de alimentos mais baratos para os países mais pobres (PIMBERT, 2009).

O agronegócio tornou-se, por conseguinte, a um só tempo, a força política e motor econômico que vai impor uma transformação

geoeconômica e uma agenda geopolítica no espaço rural brasileiro. Nessa lógica, também se registra deslocamentos no espaço-tempo, no espaço-tempo da colona/agricultora para o espaço-tempo do capital, pois as *commodities* impõe outra temporalidade na Amazônia, a temporalidade e espacialidade da mercadoria globalizada, o espaço-tempo do capital globalizado, como bem anuncia Costa Silva (2015).

Ao falarmos de agronegócio, é necessário que falemos também da segurança alimentar. Apesar dos vários avanços, a construção do conceito de segurança alimentar recai no entendimento da garantia da produtividade e disponibilidade, em atendimento aos interesses do mercado global e do capital industrial e agropecuário. Por ser um conceito complexo, que engloba diferentes interesses em conflitos, vive em permanente disputa, o que exige mudanças constantes para acompanhar os avanços que o tema exige. O mesmo é controverso e questionável nos meios acadêmicos, no campo político, no mundo dos negócios, assim como nos movimentos sociais. Desta forma, os movimentos sociais do campo propuseram a concretização da soberania alimentar de todos os povos, como forma de garantir a produção e o acesso a alimentos em todas as nações (SILVA, 2020).

Diferentemente da segurança alimentar que não visa na qualidade e nem na preocupação com a origem dos alimentos, a soberania alimentar segue um movimento contrário ao propor autonomia para mulheres e homens, permitindo que os mesmos decidam qual a melhor maneira de cultivar os produtos que vão alimentar sua família, quais os tipos de semente que irão plantar, que animais irão criar, etc. Saber por qual processo de produção seus alimentos passaram até chegar a sua mesa é direito da população, isto é, a escolha por qual tipo de produção alimentar querem seguir.

Nesta perspectiva, essa é uma questão política, pois há uma complexidade de realidades dentro de um país continental como o Brasil, abarcando singularidades culturais, políticas, econômicas, no qual envolve diversos movimentos sociais tanto no campo como na cidade (PIMBERT, 2009; JALIL, 2009).

As mulheres trabalhadoras rurais têm grande participação na soberania alimentar, já que são elas que, em sua grande maioria, são as responsáveis pela organização e o trabalho na agricultura, produzindo o alimento e garantindo a subsistência da família.

Pimbert (2009) afirma que as mulheres rurais têm uma forte proximidade com a soberania alimentar, uma vez que são elas que proporcionam a maior parte da produção no campo, pois sustentam uma alimentação saudável e agroecológica para seus núcleos familiares. Além da produção voltada para a parentela, essas mulheres produzem para os municípios e comunidades vizinhas a partir das vendas em feiras e comércios, onde o escoamento dos produtos é realizado por elas próprias.

Este modo de plantio, cultivo, colheita e todo o processo produtivo são saberes tradicionais e geracionais que é repassado para essas mulheres ao longo dos anos. As trabalhadoras rurais de Belterra reproduzem de forma a ressignificar a agricultura de subsistência ensinada por suas avós e mães que anteriormente asseguravam essa forma de viver e saber.

Além dos trabalhos nos roçados na área rural do município, os quintais são de extrema importância para as mulheres trabalhadoras de Belterra, tendo em vista que mesmo na área "urbana", os terrenos são extensos, possibilitando que a plantação de hortaliças (Figura 2) e criação de pequenos animais (Figura 3).

Além disso, praticam as pluriatividades[4], tais como a produção de artesanatos, licores (jambu, açaí, cupuaçu), bolos, pães, óleos, tortas, doces, trufas de *cupulate* (feito da amêndoa do caroço do cupuaçu torrado) e *café de açaí* (feito da semente do açaí torrado)[5], dentre outros produtos de onde também retiram a renda para suas famílias. Vale destacar que algumas produções diferenciadas foram realizadas com a ajuda de parceiros da associação, como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-AMAZÔNIA) que oferta diversos cursos para as AMABELAs, dentre outros.

Figura 2: Produção de Hortaliças em um dos quintais



Fonte: Trabalho de Campo, Belterra/PA. 2019
Foto: SOUSA, Milena Sanche de., 2019

[4] Todos os serviços que são realizados no campo, mas que nem sempre estão ligados à agricultura.
[5] O *café de açaí* e o *cupulate* são inovações das próprias agricultoras que têm feito sucesso, levando seus produtos para eventos em outros estados e representando a Associação.

Figura 3: Criação de Pequenos animais



Fonte: Trabalho de Campo, Belterra/PA. 2019
Foto: SOUSA, Milena Sanche de., 2019

No entanto, a soberania alimentar e o modo de vida desta população tem sido prejudicada pela monocultura da soja que afeta consideravelmente a única fonte de renda dessas famílias. Ao pulverizar venenos nas plantações que se espalham e atingem também as plantações das trabalhadoras rurais, alteram a saúde da natureza e dos seres humanos. Como forma de enfrentar essa situação, as agricultoras associadas da AMABELA começaram a usar o "adubo foliar" como fertilizante natural para não se fazer uso de componentes químicos industrializados, visando proteger suas plantações das pragas que na maioria das vezes vem da própria plantação de soja que cerca as camponesas.

A fala de uma das AMABELAs demonstra como tem se dado o cercamento da monocultura da soja em meio às suas produções, criando dificuldades para produzir uma alimentação saudável:

> [...] porque se planta soja na área urbana, então eu vou produzir um alimento saudável aonde né? É complicado, porque pulverizou aqui a roça, aqui de soja, o veneno vem tudo pra minha horta né. [A

> senhora mora perto de alguma plantação?] Eu moro, agora esse ano que eles não vão plantar né, então..., mas já teve vez de eu plantar pimenta de cheiro e não colher nenhuma porque ele passou veneno, aquilo abortou toda, já aflorando né, abortou toda as pimentas né, eu até deixei, eu parei de plantar hortaliça. Agora esse ano que eu já tô voltando de novo né, mas eu tava mexendo só com flores porque a horta não produzia por causa do agrotóxico (Entrevista concedida por Orquídea Bela *_nome fictício_*, em 17/01/2019).

A contaminação do meio natural e dos seres humanos por agrotóxicos é intensamente expressada nas narrativas das trabalhadoras rurais que afirmam com veemência que está cada dia mais complexo adquirir e realizar uma alimentação saudável, pois o veneno está avançando e deteriorando seus roçados, especialmente as hortaliças.

Cinelli (2016) discorre acerca do compromisso das mulheres rurais em produzir uma alimentação saudável em relação ao enfrentamento à agricultura capitalista patriarcal. A autora afirma que quando as mulheres rurais decidem se organizar em forma de movimento social começa a desenvolver um caráter educativo de conscientização social com uma forma harmônica de produzir junto do meio ambiente, na qual vem contestando os modos de produção da monocultura e do desmatamento que secularmente tem destruído os recursos das florestas brasileira.

A associação tem ajudado de forma bastante significativa a população de Belterra, tanto na forma autônoma de produzir e viver quanto através da sensibilização do debate a partir da conscientização da população belterrense, demonstrando que por mais que tenham entraves, elas conseguem produzir sem qualquer tipo de veneno. A AMABELA desenvolveu um projeto de soberania alimentar que visa a permanência de viveiros comunitários. Nas

primeiras pesquisas realizadas, estes viveiros estão presentes em alguns quintais das casas das agricultoras da AMABELA, sendo um deles na sede do município de Belterra; outro na comunidade de Nova Canaã (km 140) e na comunidade Chibé pertencente ao distrito Prainha da Floresta Nacional do Tapajós (FLONA).

A maioria das associadas estão na cidade de Belterra, e mesmo que seja uma área "urbana" ainda apresenta contextos tipicamente rurais, como os quintais produtivos dos viveiros, possuindo características completamente rurais. Nesse contexto, boa parte das trabalhadoras rurais residem na Floresta Nacional do Tapajós (FLONA) e na Área de Proteção Ambiental (APA) do Aramanaí, onde se tenta preservar a rica biodiversidade dos intensos desmatamentos que têm acontecido na Amazônia paraense.

Embora esses viveiros teoricamente estejam em propriedades particulares de cada membra, eles pertencem a todas as sócias da associação. Por serem espaços de coletividade, as trabalhadoras rurais realizam diversos puxiruns. Segundo Portela et al (2021), dentre as formas coletivas e orgânicas de trabalho rural, na Amazônia paraense e mais precisamente na região da Calha Norte, se tem nas comunidades rurais e tradicionais uma forma de mutirão chamada de "puxirum", que consiste em um trabalho coletivo sem negociação financeira. Os puxiruns são realizados para que o plantio das sementes ocorra de forma coletiva por todas.

Em meio a socialização e o divertimento das sócias da AMABELA, elas colecionam mais de 1000 mudas de plantas que foram distribuídas entre as sócias de acordo com as necessidades de cada uma, que posteriormente irá servir para distribuição e vendas para a população.

Boa parte das produções da AMABELA são vendidos pelas próprias trabalhadoras rurais no Terminal Rodoviário de Alter do Chão, distrito do município de Santarém/PA, tendo também o agendamento de encomendas que são realizadas via WhatsApp e infelizmente não há um espaço para vendas no próprio município da Associação, Belterra.

Coerente com a política pública voltada essencialmente para o atendimento do agronegócio, não há no município de Belterra uma feira permanente para a venda da produção dos agricultores e agricultoras locais. A ausência de apoio dos gestores municipais para que se tenha o espaço de vendas da agricultura na localidade deixa claro que essa categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais não são prioridades para o estado. Isso acentua a invisibilidade dos trabalhos das mulheres rurais, tendo suas vendas realizadas somente nas suas próprias residências ou em festividades locais, o que evidencia mais ainda a urgência de políticas públicas para que o campesinato local, de onde se retira a alimentação familiar seja valorizado.

As trabalhadoras rurais também têm um espaço importante, embora esporádico, na "Feira da Agricultura Familiar" efetuada na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde mostram e vendem seus produtos para a comunidade acadêmica e etc, mas devido ao contexto vivenciado pela COVID-19, a feira foi suspensa temporariamente, retornando a funcionar na unidade Tapajós da UFOPA - Campus Santarém apenas no dia 23 de julho de 2022.

Apesar da interrupção das vendas na feira da UFOPA, não significou que o trabalho das AMABELAs tenha cessado. Foi do trabalho protagonizado por mulheres agricultoras e extrativistas de Santarém (PA) e Belterra (PA) que mais de cinco toneladas de

alimentos ajudaram a alimentar centenas de famílias que viam a fome se aproximar em meio à pandemia, à crise econômica, e à ausência do planejamento estratégico do governo estadual e federal para amortecer a crise. Segundo a organização sem fins lucrativos (ONG) "Terra de Direitos", as mulheres organizadas em coletivos como a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Santarém (AMTR) e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra (AMABELA) produziram diversos itens de alimentos incluídos em cestas agroecológicas distribuídas para famílias que passaram por dificuldades em meio à pandemia.

Cestas agroecológicas que continham ovos, farinha de mandioca, jerimum, banana e goma de tapioca, eram alguns dos produtos que foram fornecidos por elas. Comida saudável, limpa e produzida de forma agroecológica, sem o uso de agrotóxico.

Movimentos de Mulheres Rurais, Ecofeminismo e Bem Viver

As mulheres rurais através de movimentos sociais lutam e buscam por novas alternativas para lidar com a insegurança alimentar e o avanço da agricultura capitalista que utilizam diversos componentes químicos como agrotóxicos e fertilizantes nas plantações sem preocupação alguma com a saúde da população. O uso abusivo e generalizado de fertilizantes, adubos, pesticidas, herbicidas e fungicidas nas atividades rurais geram diversas consequências à saúde dos seres humanos. As sequelas do consumo excessivo de alimentos com agrotóxicos são adoecimentos como neuropatias, nefropatias, doenças hepáticas, distúrbios de funcionamento glandulares, abortos, malformações fetais e câncer em diferentes órgãos (HORII, 2015).

Levando em consideração a alimentação e a dieta diária da população, pode haver a ingestão de diversos tipos de agrotóxicos que resultem em uma concentração significativa no organismo. O uso desses componentes químicos tão prejudiciais se dá por conta da lógica agressiva e acelerada de produção que visa apenas a lucratividade e não a qualidade dos produtos, da vida e da saúde da população. Existem povos e comunidades que têm sua relação com a natureza fincadas no afeto e respeito, já que não vivem condicionados à lógica acelerada de produção capitalista, as mulheres trabalhadoras rurais do município de Belterra representam uma parte dessa coletividade que vive e trabalha em harmonia com a terra, sem percebê-la enquanto um recurso a ser constantemente dominado.

As discussões pautadas pelas mulheres da AMABELA se articulam com o conceito de Bem Viver, pois é um conceito utilizado principalmente por populações indígenas, quilombolas e os mais diversos movimentos sociais que estão buscando alternativas de enfrentamento ao avanço do sistema de produção capitalista. Tendo em vista que o capitalismo não somente é agente na opressão de classe e raça, como também age diretamente para a opressão de gênero, se torna mais relevante ainda ressaltar a importância da mulher nessa discussão, pois elas tomam para si a responsabilidade de lutar por um novo modelo de sociedade. As mulheres não mais se sentem inseguras e intimidadas ao se assumirem como feministas, também adotam um feminismo com características particulares, como o Ecofeminismo (BONI, 2018).

De acordo com Acosta (2016, p. 25) "o Bem Viver é, essencialmente um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza", sendo assim, ele está

em oposição ao conceito de desenvolvimento que enxerga na natureza um produto a ser explorado e subjugado, promovendo assim relações conflitantes entre as pessoas e a natureza. O Bem Viver trabalha em prol da harmonia existente na relação humano-meio, "trata-se de bem viver na comunidade e na natureza" (p. 25). As mulheres da AMABELA seguem repassando o potente legado de respeitarem a natureza, pois é dela que se alimentam e sobrevivem. Diferentemente da agricultura em grande escala e venenosa, essas trabalhadoras rurais pautam, debatem, resistem e sensibilizam suas famílias, amigos, vizinhos etc., sobre a importância de manter os seus valores comunitários e o equilíbrio de suas relações com a natureza, enfim, uma vivência que traz o Bem Viver em suas vidas. Sobre as produções, as mulheres da AMABELA afirmam:

> Principalmente pra família né, a gente consegue manter a nossa alimentação e o mais importante é que é uma alimentação saudável, sem agrotóxico. Pra nós é gratificante (Entrevista concedida por Rosa Bela **nome fictício**, em 17/01/2019)

> Porque a gente pode mostrar pra muitos, principalmente assim(...) na tua produção, tu consegue produzir sem veneno, tu pode mostrar pras pessoas. E tem gente que diz, "não isso aqui só com veneno, sem veneno não sai". Aí tu mostra que sai, tu consegue criar galinha sem remédio da farmácia, né? Então eu acho que é uma, assim(...) uma forma de a gente resistir. Embora devagar, é com tempo mais lento né, mas é uma forma de resistir (Entrevista concedida por Violeta Bela **nome fictício**, 05/02/2019).

O Bem Viver tem como princípio base o sentimento de pertença à natureza e a coletividade. Propondo um futuro que seja diferente e que alcance uma sociedade mais justa e igualitária:

> Com sua proposta de harmonia com a natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre os indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, pág. 33).

O Bem Viver questiona também o conceito eurocêntrico de bem-estar, uma vez que para alguns grupos e povos, estar bem e viver bem não é condicionado ao lucro e ao acúmulo de bens, mas sim diz respeito à qualidade de vida em amizade com a natureza.

Acosta (2016) também discorre acerca dos princípios feministas que visam uma economia onde há diariamente um cuidado com a vida, com a cooperação, reciprocidade e solidariedade, pois são concepções que se fazem importantes para as mulheres e toda a sociedade em geral. Dessa forma, o autor fala que as abordagens feministas são de suma importância para o processo de construção do Bem Viver, pois a partir do momento que elas usam novas abordagens como a autonomia, soberania, independência, equidade e reciprocidade, estão garantindo que esse conceito seja bem visto na condição de viver bem.

O Ecofeminismo entra neste contexto em virtude da devastação da natureza e a utilização perversa dos recursos naturais que tem contribuído para a exploração de mulheres de forma a invisibilizar suas espacialidades. Esse modelo de produção capitalista e patriarcal tão presente na sociedade, tensionam conflitos e resistências, como as oposições e enfrentamentos das mulheres camponesas que agem de forma prática para que se pense em agroecologia e soberania alimentar.

Matarésio e Nascimento Silva (2021) trazem o Feminismo Latino-Americano juntamente do Ecofeminismo, pois ambos abrigam lutas e resistências de mulheres que lidam com os mais diversos tipos de colonialidades. Tecendo críticas ao patriarcado e ao capitalismo, os movimentos feministas reivindicam voz, organização, propostas e alternativas. De acordo com as autoras, as mulheres de forma organizada e coletiva denunciam as opressões vivenciadas pelas camponesas, bem como as formas de exploração ambiental.

Vandana Shiva (2014) reitera que:

> Na maioria das culturas, as mulheres têm sido guardiãs da biodiversidade. Elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade na prática da agricultura. Porém, assim como todos os outros aspectos dos seus trabalhos e dos seus saberes, a contribuição das mulheres para a conservação da biodiversidade se apresenta como um não-trabalho e um não-saber. A conversação da biodiversidade praticada pelas mulheres se difere, no entanto, da concepção patriarcal dominante (Tradução nossa) (pag. 281).

Neste sentido, o Ecofeminismo é fundamentado por alguns princípios que fazem referência à articulação entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, representando de forma feminilizada o meio natural, as mulheres se veem enquanto parte da mesma. O Ecofeminismo interrelaciona o feminismo e o ambiente, fazendo um agrupamento que envolve a dominação da natureza e a dominação das mulheres, em razão de que podem usar tanto a natureza como o trabalho e os corpos femininos como fonte de dominação e de uso, na qual se considera o lucro como força motriz na organização social. O Ecofeminismo reconhece que a humanidade é dependente da natureza e opõe ao patriarcado que se coloca como superior e hegemônico.

Os diversos Movimentos de Mulheres Camponesas têm se articulado no Brasil, um país de múltiplas culturas, temporalidades e espacialidades, pelo direito de viver, produzir e de reproduzir, reivindicando assim o fomento e aplicabilidade de políticas públicas que muitas vezes não são asseguradas e instituídas para as mulheres rurais. Direitos esses que só foram conquistados a partir da Constituição Federal de 1988 que após muita luta de várias frentes conseguiram institucionalizar e legalizar os direitos aos seus territórios de forma a pensar em uma produção sadia, autônoma, poliprodutiva, agroecológica. Legal e acessível na Constituição Federal, temeroso na prática e na vivência.

Johanna Oksala (2019) faz uma avaliação acerca do feminismo, capitalismo e da ecologia ao trazer os pressupostos do ecofeminismo socialista para nortear as conexões entre o sistema capitalista, a subordinação das mulheres e a destruição do meio ambiente. A autora expõe uma periodização acerca do nascimento do Ecofeminismo nas interrelações dos movimentos ambientais e o feminismo a partir dos anos de 1970, passando a ser visto politicamente somente a partir dos anos de 1980, momento esse em que as teóricas estavam pensando as opressões das mulheres sob um viés interseccional.

No entanto, a partir de 1990 houve críticas ao pensamento ecofeminista, tendo a necessidade de fazer novas reflexões acerca dos conceitos fundamentados nesta vertente, especialmente sobre as crises ecológicas que o planeta vem enfrentando desde então, necessitando que o feminismo se envolvesse de forma mais intensa e séria com as causas ambientais que eclodem neste século. Além disso, as questões sobre o meio, envolvem significados ambientais, políticos, sociais, éticos, raciais, perpassando até as questões de

gênero, uma vez que algumas decisões e posicionamentos podem impactar de maneira significativa a equidade de gênero, como por exemplo o debate sobre a segurança e soberania alimentar das mulheres camponesas que podem trazer novos olhares para a diversidade do próprio movimento feminista, quanto tecer apontamentos críticos ao capitalismo e suas formas de opressão às mulheres.

As mulheres rurais da AMABELA seguem se mobilizando para viverem com saúde, dignidade, direitos e força para construírem novas realidades para si mesmas e para os outros. Andando de mãos dadas com o Ecofeminismo e o Bem Viver, essas mulheres se unem, trabalham e resistem para que suas plantações limpas e livres de agrotóxicos possam chegar às mesas das pessoas. Apesar da pequena escala de produção, as camponesas de Belterra conseguiram enfrentar os medos, preconceitos, angústias, conservadorismo e o machismo para seguirem respeitando seus corpos, suas decisões e suas visões de mundo.

Considerações Finais

As ações e movimentações das trabalhadoras rurais de Belterra têm garantido a autonomia e soberania alimentar das mulheres e de suas famílias, em razão de que grande parte das vendas são destinadas para o sustento familiar. Sempre zelando por uma alimentação sadia e ausente de agroquímicos, as mulheres rurais de Belterra lutam e resistem a esses embates de cabeça erguida para que haja uma alimentação saudável não somente para suas famílias, mas para toda a população da região. Enfrentando o sexismo e o machismo vinculado ao capitalismo, elas mostram a importância de falarem por si e se mostrarem enquanto cidadãs

dignas de direito e de emancipação, subvertendo a invisibilidade dos seus corpos femininos e dos seus trabalhos.

As trabalhadoras rurais da AMABELA afirmam a sua identidade dentro do campesinato a partir do momento em que relacionam natureza, trabalho, família, coletividade e autonomia. Ao estarem à frente de tomadas de decisões no que concerne a produção e a venda dos seus produtos, elas optam e defendem uma produção sadia e livre de agrotóxicos pautada na qualidade, dedicação e cuidado.

O Ecofeminismo e o Bem Viver são características basilares da Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra, que ao se oporem a lógica acelerada, negligente e impiedosa da monocultura de soja na região, se colocam em um espaço de disputa e de luta. Assumindo a postura de resistência e enfrentamento às várias formas de opressão, estas mulheres rurais se fazem importantes nesse cenário, seja inspirando outras mulheres e movimentos sociais, seja proporcionando a oportunidade de adquirirem alimentos dignos às mesas das populações.

Referências

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

BONI, Valdete. Movimento das mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. In: TEDESCO, J. C., SEMINOTTI, J. J., and ROCHA, H.J, ed. **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas** [on line]. Chapecó: Editora UFSS, pp. 124-144. ISBN: 978-85-64905-76-4, 2018.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CINELLI, Catiane. Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história na construção de novas relações. **Revista Grifos** – N. 34/35. Chapecó, 2013.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro**: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades nova esperança e nova aliança no município de Belterra/Pará, 2017, 225f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia PPGG. Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Porto Velho, 2017.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio: o exemplo de Rondônia. CONFINS, **Revue Franco-Brésilienne de Géographie**. Nº 23, 2015.

_____; CONCEIÇÃO, Francilene Sales. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOGRAPHIA** (UFF), v. 19, p. 54-72, 2017. Link: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13819.

FERREIRA, A. P; MATTOS, L. C. Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia. **Ciência e Cultura** – Vol. 69, nº 2. São Paulo, 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000200013

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro(multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 1ªed. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Fluminense. Niterói, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.Tradução de: La mémoire collective, 1990.

HORII, Angélica K. D. **Contradições do capitalismo no campo**: o uso de agrotóxicos e os desafios à saúde humana. Ciência Geográfica – Bauru – XIX. Vol. XIX – (1): janeiro/dezembro, 2015.

JALIL, Laeticia. Soberania alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do movimento de mulheres camponesas. In: **Revista Agricultura: experiência em agroecologia.** Leisa Brasil, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

MATARÉSIO, Larissa Zuim; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva**.** Mulheres em Resistência: ecofeminismo como enfrentamento. In: CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar; COSTA SILVA, Ricardo Gilson; SILVA, Josué da Costa (Orgs.). ***Amazônia:* emoções, vivências e resistências**. Coleção Pós-Graduação da UNIR – EDUFRO. Porto Velho, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. – 2ª Ed., 8ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020.

MOTA, Maria Dolores de Brito. Margaridas nas ruas: as mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. In: WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; HEREDIA, Beatriz; MENACHE, Renata. (Orgs.). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e de gênero.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, IICA,, 2006.

OKSALA, Johanna. Feminismo, Capitalismo e Ecologia**. Ekstasis: revista de hermenêutica e fenomenologia**, v.8, n.2, 2019. DOI:10.12957/ek.2019.49382.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos de mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero". In: FERNANDES, Bernardo Mançano et al. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo**. Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo, 2009.

PIMBERT, Michel. Mulheres e soberania alimentar. In: **Revista Agricultura: experiência em agroecologia.** Leisa Brasil, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

PORTELA, Leide Joice P; SANTOS, Priscila; SILVA, Josué. A roça e o trabalho coletivo na produção de farinha de mandioca nas comunidades quilombolas de Matá e Silêncio em Óbidos, Pará, Brasil. Universidade Estadual de Londrina**, Geographia Opportuno Tempore,** Vol. 7, N. 1, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. Contexto. São Paulo, 2001.

SACK, R. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SANTOS, Milton [1996]. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Z. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Revista de Ciências Sociais Configurações** [online], 25, 2020. Disponível em: https://journals.openedition.org/configuracoes/8626

SHIVA, Vandana. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: MIES, M; SHIVA, V. **Ecofeminismo:** Teoría, crítica y perspectivas. Icaria Editorial s.a. Edición Barcelona, 2014.

SOUSA, Milena Sanche. **A Associação de Trabalhadoras Rurais do Município de Belterra– Amabela:** uma análise das práticas espaciais e resistências territoriais das mulheres camponesas, no município de Belterra-PA, 2019, 96f, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Instituto de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura em Geografia. Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

TERRA DE DIREITOS. **Das mulheres do campo, das águas e das florestas, para as famílias da cidade - Santarém (PA)**, 2021. Disponível em: https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/das-mulheres-do-campo-das-aguas-e-das-florestas-para-as-familias-da-cidade-santarem-pa/23562

Submetido em: 19 de maio de 2022.
Devolvido para revisão em: 11 de agosto de 2022.
Aprovado em: 25 de agosto de 2022.

Como citar este artigo:

SANCHE DE SOUSA, M.; PONTES PORTELA, L. J.; SILVA NASCIMENTO SILVA , M. das G.; COSTA DA SILVA, J. Ecofeminismo e bem viver: : a soberania alimentar praticada pelas Amabelas em Belterra-PA. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 226–255, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2307